



SERVIDORES DE VITÓRIA DA CONQUISTA DEFLAGRAM GREVE

Em Assembléia realizada no final maio, na Câmara Municipal de Vereadores, os servidores municipais recusaram novamente a proposta de reajuste salarial apresentada pela prefeitura, nos percentuais de 8,35% para os níveis 1 e 2 e 4,13% para os demais níveis.

Diante do descaso declarado por parte dos gestores, que não valorizam o trabalho dos servidores municipais de Vitória da Conquista, a categoria aprovou na assembléia a deflagração de greve, iniciada há quase um mês, no dia 28 de maio.

"De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 9º e a Lei nº 7.783/89, que asseguram o direito de greve a todo trabalhador, desde que mantendo o funcionamento de 30% dos serviços essenciais, a categoria estará paralisando suas atividades a partir da próxima sexta-feira", anuncia Francisco Ribeiro, diretor de Comunicação e Imprensa do SINSERV.

Meta é os 15%

Inconformados com a falta de reconhecimento pelos serviços prestados, os sindicalistas e servidores marcharam recentemente pelas principais ruas da cidade em direção ao prédio da prefeitura, proferindo palavras de ordem e realizando um grande apitaço.

"Caso os gestores não revejam sua posição e concedam o percentual reivindicado de forma justa pela categoria, que é de 15% para todos os níveis, manteremos a greve por tempo indeterminado", ameaça Ribeiro.



Servidores em marcha pelas ruas do centro da cidade

SINPLALTO REALIZA ASSEMBLÉIA PARA EDUCADORES

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais das Prefeituras, Câmaras e Autarquias da Microrregião do Planalto de Araxá (SINPLALTO) discutiu com os servidores a lei municipal que estabelece o plano de carreira dos profissionais da rede de ensino. Dr. Marcos Penido, advogado da FESEMPRE, compareceu ao evento e foi quem orientou a categoria.

Conforme o jurista, os professores não ficaram satisfeitos com o projeto enviado pela administração municipal. "O piso apresentado pelo Executivo está abaixo da média, já que o Governo Federal rege R\$ 950 por até 40 horas semanais. A proposta apresentada foi de R\$ 660", explana.

Outra insatisfação dos educadores diz respeito à incorporação do quinquênio ao salário. "Não existe lei federal que exija esse enquadramento dentro do salário base do servidor e isso vai gerar uma perda muito grande", elucida o advogado.

Cumprindo com a palavra

A categoria espera que o Legislativo cumpra com o que foi prometido quando da aprovação da lei, que ocorreu sob protestos em dezembro de 2009. De acordo com uma das doze emendas apresentadas pelos vereadores, o projeto seria discutido novamente dentro de 180 dias, prazo que se encerra no fim deste mês.

Na época, a prefeitura somente enviou o projeto para apreciação do Legislativo um dia antes da votação e não cumpriu alguns acordos firmados entre os servidores e a secretária municipal de Educação, Giovana Maria Guimarães.

O presidente do SINPLALTO, Hely Aires, se opõe veementemente à lei. "Ela obriga o servidor da educação a optar pela incorporação do quinquênio ao salário ou a permanecer como acontece atualmente". De acordo com ele, a prefeitura já

deveria ter enviado à Câmara um esboço do novo projeto.

Conforme o sindicalista, na lei aprovada o ano passado, os vereadores apresentaram uma emenda que permite uma revisão oportunamente. "É justamente esta a nossa grande preocupação. Fizemos a assembléia para mobilizar a categoria e exigir nossos direitos. Temos situações de servidores que ainda não foram contemplados por benefícios que já têm direito e isso não pode permanecer dessa maneira", exige o presidente.



Aires ao microfone com sua diretoria e o presidente da FESEMPRE, Aldo Liberato